



Mapeando lugares de memória da ditadura civil-militar no Recife: a Casa da Cultura e o Monumento Tortura Nunca Mais

ISABEL CRISTINA MARTINS GUILLEN

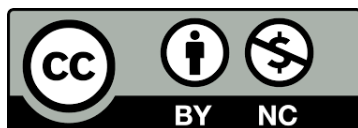
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

v. 43, e264407, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.264407>

e-ISSN: 2525-5649



Mapeando lugares de memória da ditadura civil-militar no Recife: a Casa da Cultura e o Monumento Tortura Nunca Mais

RESUMO: Pretende-se analisar o processo de constituição de lugares de memória da ditadura civil-militar no Recife, em sua historicidade. Para tal, este artigo analisará o processo de requalificação da antiga Casa de Detenção e a criação da Casa da Cultura, e os modos ambíguos com que trata seu passado prisional. Em seguida discute-se a criação do Monumento Tortura Nunca Mais, como reivindicação dos familiares de presos e desaparecidos em Pernambuco. Conclui-se o trabalho situando esses movimentos memoriais, e a constituição de lugares de memória, em Recife como importantes processo que nos permitem pontuar que a memória da ditadura não é construída de forma linear ou consensual. A disputa por esses lugares envolve silenciamentos, apropriações e choques entre diferentes formas de memória e narrativas históricas.

PALAVRAS-CHAVE: lugares de memória; ditadura civil-militar; Monumento Tortura Nunca Mais; Casa da Cultura; Recife.

Mapeo de los lugares de memoria de la dictadura cívico-militar en Recife: la Casa da Cultura y el Monumento Tortura Nunca Mais

RESUMEN: El objetivo de este artículo es analizar el proceso de establecimiento de lugares de memoria de la dictadura cívico-militar en Recife, en su historicidad. Para ello, se analizará el proceso de recalificación del antiguo Centro de Detención y la creación de la Casa de la Cultura, así como las ambiguas maneras en que se aborda su pasado carcelario. Posteriormente, se aborda la creación del Monumento Tortura Nunca Mais, como una demanda de las familias de presos y desaparecidos en Pernambuco. El trabajo concluye situando estos movimientos conmemorativos y el establecimiento de lugares de memoria en Recife como procesos importantes que permiten señalar que la memoria de la dictadura no se construye de forma lineal ni consensuada. La disputa por estos lugares implica silenciamientos, apropiaciones y enfrentamientos entre diferentes formas de memoria y narrativas históricas.

PALABRAS CLAVE: lugares de memoria; dictadura cívico-militar; Monumento Tortura Nunca Mais; Casa da Cultura; Recife.

Mapping places of memory of the civil-military dictatorship in Recife: the Casa da Cultura and the Tortura Nunca Mais Monument

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the process of establishing places of memory of the civil-military dictatorship in Recife, in its historicity. To this end, this article will analyze the process of requalification of the former Detention Center and the creation of the House of Culture, and the ambiguous ways in which its prison past is treated. It then discusses the creation of the Tortura Nunca Mais Monument, as a demand by the families of prisoners and disappeared people in Pernambuco. The work concludes by situating these memorial movements and the establishment of places of memory in Recife as important processes that allow us to point out that the memory of the dictatorship is not constructed in a linear or consensual way. The dispute over these places involves silencing, appropriations and clashes between different forms of memory and historical narratives.

KEYWORDS: places of memory; civil-military dictatorship; Tortura Nunca Mais Monument; Casa da Cultura; Recife.

Mapeando lugares de memória da ditadura civil-militar no Recife: a Casa da Cultura e o Monumento Tortura Nunca Mais

ISABEL CRISTINA MARTINS GUILLEN

Introdução

No Brasil, as discussões sobre as memórias da ditadura civil-militar (1964–1985) suscitam intensos debates historiográficos e permeiam a sociedade civil. Como destacam diversos autores, a memória desse período constitui um campo de batalha ideológico e político, refletindo as divisões da sociedade brasileira contemporânea. Esta questão se torna evidente ao se observar as redes sociais ou mesmo as páginas de jornais, espaços nos quais se percebe a ausência de um consenso sobre como tratar historicamente aquele período, como lidar com o trauma coletivo ou mesmo com as diversas interpretações atribuídas ao acontecimento histórico.¹

As memórias sobre a ditadura constituem, portanto, um campo de disputa. Marcos Napolitano problematiza a questão ao analisar como grupos sociais e políticos constroem narrativas conflitantes sobre o período. Para o autor, essas disputas não se limitam ao passado, mas refletem projetos antagônicos para o presente e o futuro da democracia brasileira.² Nesse contexto, os testemunhos de sobreviventes e familiares de vítimas contribuem para a construção de uma memória coletiva, embora enfrentem desafios para ampliar sua ressonância. Suas vozes competem com narrativas que buscam minimizar ou justificar as violações de direitos humanos, ainda circulantes em setores da sociedade.

¹ Edson Telles e Vladimir Safatle (orgs.), *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, São Paulo: Boitempo, 2010.

² Marcos Napolitano, “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro”, *Antíteses*, v. 8, n. 15 (2015), pp. 9-45, <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2015v8n15espp9>.

Para historiadores e professores de história, tais questões apresentam desafios metodológicos e éticos, dada a natureza controversa e emocionalmente carregada do tema. A respeito dessa questão, Carlos Fico destaca a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva da história, que reconheça a complexidade das memórias em disputa, bem como busque contribuir para um entendimento mais matizado e plural do passado recente brasileiro.³ Podemos defini-lo como um passado sensível, entendendo que se refere a traumas históricos que continuam a gerar disputas e afetos no presente, muitas vezes não resolvidos pela justiça ou pelo luto coletivo. A ausência de “acerto de contas” após a Lei da Anistia de 1979 deixou feridas abertas, como a ausência de corpos de desaparecidos políticos. Por outro lado, trata-se de “memórias difíceis” associadas a violência, opressão ou vergonha, que desafiam narrativas oficiais e geram conflitos sobre como lembrar, como destacou Sharon MacDonald.⁴

A definição do período 1964–1985 como “ditadura civil-militar” é central nas disputas políticas e historiográficas brasileiras. Enquanto o regime autodenominava-se “Revolução de 1964”, legitimando-se como um movimento de salvaguarda nacional, setores democráticos e a produção acadêmica posterior consolidaram o termo “ditadura” para enfatizar o caráter autoritário, a sistematicidade da repressão e o rompimento com a ordem constitucional.⁵ Essa controvérsia semântica reflete-se hoje na (in)visibilidade dos lugares de memória: espaços como o antigo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (doravante DOI-CODI) em São Paulo, ainda sem musealização plena, ou no caso de Recife, da Casa da Cultura, em que se confrontam narrativas de apagamento.

A persistência de termos concorrentes — como “regime militar” ou “intervenção necessária” — revela um passado sensível, cujas feridas são reabertas por projetos revisionistas. A celebração do 31 de março por grupos conservadores e a reabilitação de figuras como Carlos Brilhante Ustra contrastam com a luta de movimentos como o Tortura Nunca Mais, que exigem a patrimonialização de locais de tortura como forma de reparação histórica. Nesse sentido, os lugares de memória tornam-se “patrimônios difíceis”, na acepção de MacDonald, onde a materialidade do espaço evidencia o conflito entre lembrança

³ Carlos Fico, “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”, *Varia História*, v. 28, n. 47 (2012), pp. 43-59, <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>.

⁴ Para os conceitos de “memória difícil” e “patrimônio difícil”, ver: Sharon MacDonald, *Memorylands: Heritage and identity in Europe today*, London: Routledge, 2013.

⁵ Sobre o ato de nomear o período e suas implicações para o conhecimento histórico, ver: Carlos Fico, “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”, *Revista Tempo e Argumento*, v. 9, n. 20 (2017), pp. 5-74, <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>. Carlos Fico, *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, Rio de Janeiro: Record, 2004. Marcos Napolitano, *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, São Paulo: Contexto, 2014.

e esquecimento.⁶ Este artigo analisa como tais disputas se materializam na topografia urbana da cidade de Recife, tomando como objeto lugares que oscilam entre a memória oficial e a contra memória. Ao cruzar os conceitos de “lugares de memória” e “memórias difíceis”, propõe-se discutir como os patrimônios, construção de monumentos e os ativismos ressignificam — ou silenciam — a violência de Estado nesses espaços.

Buscou-se nestes primeiros parágrafos contextualizar brevemente a compreensão sobre como as memórias da ditadura civil-militar no Brasil continuam sendo um campo de intenso debate e disputa, refletindo questões mais amplas sobre justiça histórica e os rumos da democracia no país. As políticas de memória a respeito seguem a mesma lógica, sendo também alvo de disputas políticas, seja em torno das políticas de reparação, seja das políticas de memória. A identificação e reconhecimento de lugares de memória associados à ditadura civil-militar no Brasil envolve intensos conflitos simbólicos e políticos. Ao cunhar o conceito de lugar de memória, Pierre Nora busca pensar espaços físicos ou simbólicos onde a memória se cristaliza, tornando-se um referencial para a identidade coletiva.⁷ A transformação desses locais em equipamentos culturais — como memoriais, museus e monumentos — nem sempre é simples ou consensual. Em São Paulo, temos como exemplo o já citado DOI-CODI, que foi arena da experiência de repressão e violência física ali perpetrada. Ao mesmo tempo, a ocupação parcial por delegacia e as resistências institucionais ao seu tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) tornam evidente a disputa pelo controle e pela narrativa associada ao local.⁸

Neste artigo, busca-se discutir os lugares de memória da ditadura em Recife, Pernambuco, visando compreendê-los em sua historicidade. Ressalte-se que a construção e interpretação dos lugares de memória é um processo dinâmico e muitas vezes controverso, pois trata-se de reconhecer, na maior parte das vezes, antigos centros de repressão e transformá-los em espaços de memória e resistência. Afinal, tais lugares de memória podem funcionar como espaços de “contra memória”, desafiando narrativas oficiais e promovendo uma reflexão crítica sobre o passado.

Pensando no ensino de história, certas questões surgem de imediato. Como trabalhar com passados sensíveis, como o da ditadura civil-militar, em meio a tantas disputas de narrativas? E ainda, como tratar temas como a tortura,

⁶ MacDonald, *Memorylands*.

⁷ Pierre Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, *Projeto História*, n. 10 (1993), pp. 7-28.

⁸ Mariana Busson Machado e Andréa de Oliveira Tourinho, “Lugares de memória difícil em São Paulo: reconhecimento de valor nas políticas de preservação do patrimônio cultural”, *arq.urb*, n. 25 (2019), pp. 102-122, <https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi25.17>.

a perseguição política, exílio, assassinatos e o desaparecimento de militantes políticos (ou não) durante a ditadura? São considerados passados sensíveis por diversas razões, seja por tratarem de guerras, genocídios, violações de direitos humanos, bem como por serem acontecimentos sobre os quais não há ainda um consenso na sociedade sobre como interpretá-los, ou porque existem disputas de memórias, na maior parte das vezes controversas, sobre o tema. Não há uma resposta certa para estas questões, e sim desafios educacionais que precisam ser entendidos em sua historicidade. Nesse sentido, uma história da ditadura civil-militar no Brasil, hoje, não pode prescindir da discussão e do debate de como historicamente essas memórias foram construídas, colocando para os estudantes que o fazer (escrever) história é sempre um processo em disputa. Visando contribuir com esse processo, o presente trabalho objetiva fazer uma discussão sobre os lugares de memória da ditadura civil-militar no Brasil existentes no Recife, dedicando especial atenção à Casa de Cultura e ao Monumento Tortura Nunca Mais, por de alguma forma representarem polos opostos, um primeiro que não responde tão favoravelmente às demandas memoriais, em certa medida promovendo o esquecimento, e o outro que luta para que essas memórias não desapareçam e venham a público “para que nunca mais aconteça.”

Memórias em disputa: entre a apologia à ditadura e as reivindicações de que outras memórias venham a público

A memória sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil é um campo de intensa disputa, caracterizado por narrativas conflitantes e interpretações divergentes. Atualmente, podemos identificar três principais correntes narrativas. Uma primeira vertente que busca legitimar as ações do Exército Brasileiro em 1964, apresentando-as como uma “revolução” necessária para salvaguardar a democracia diante de uma suposta ameaça comunista. Esta narrativa contesta a caracterização do evento como um golpe de Estado, preferindo termos como “movimento” ou “revolução.”⁹ Uma segunda vertente é constituída por relatos memorialísticos de ex-militantes de organizações que adotaram a luta armada como forma de resistência ao regime ditatorial, ou de militares que fizeram parte do governo e da repressão, oferecendo perspectivas pessoais e muitas vezes emotivas sobre o período.¹⁰ Por último, análises históricas, predominantemente acadêmicas, que interpretam o período como

⁹ Napolitano, “Recordar é vencer”, pp. 9-45.

¹⁰ Caroline Silveira Bauer, “Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar”, *Revista Dimensões*, v. 32 (2014), pp. 148-169. João Roberto Martins Filho, “A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”, *Varia História*, v. 18, n. 28 (2002), pp. 178-201.

uma ditadura (militar, civil-militar, civil-empresarial-militar, militar-empresarial), na qual as Forças Armadas, em conjunto com setores civis e empresariais, implementaram um regime repressivo, caracterizado por violações sistemáticas dos direitos humanos contra opositores políticos.¹¹

Estas narrativas concorrentes não apenas refletem diferentes interpretações do passado, mas também têm implicações significativas para a compreensão do presente e a construção do futuro político do país. Neste contexto de memórias em disputa, cabe aos historiadores e professores de história um papel crucial: o de analisar criticamente estas diferentes narrativas, contextualizá-las historicamente e promover um debate informado e reflexivo sobre este período controverso da história brasileira.¹²

Já durante a ditadura, os governantes e aqueles que apoiavam o governo trataram de cunhar no espaço público uma memória que fazia a apologia do regime ditatorial, ou que buscava valorizar a atuação do Exército na história nacional. Seria interessante se verificar quais monumentos foram criados nesse período, e que homenagearam os militares e seus envolvimento em conflitos nos quais o Brasil esteve envolvido. Em Pernambuco destaca-se o Parque Histórico Nacional dos Guararapes (doravante PHNG), pois após o golpe de 64, a memória das batalhas dos Guararapes foi exaltada e intensamente celebrada, culminando na escolha do 19 de abril, dia em que sucedeu uma das batalhas, em 1648, como o dia do Exército Brasileiro. As batalhas dos Guararapes ocorreram entre os anos de 1648 e 1649 no processo de Restauração Pernambucana, assegurando aos portugueses a vitória contra os holandeses.¹³ Essas batalhas ocorreram nos montes de mesmo nome, localizados no município de Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife, e se configuram como um lugar de memória. Ainda que a memória das batalhas dos Guararapes tenha sido celebrada em momentos anteriores (desde a década de 1930 com a patrimonialização da Igreja de Nossa Senhora dos Guararapes), após o Golpe voltou a se impor, como símbolo da nacionalidade (e da pernambucanidade). De acordo com Leandro Patrício da Silva,

com a inauguração do PHNG, a importância dada nacionalmente à memória desse episódio pelos governantes, em nível local e federal, no bojo das comemorações cívicas – que põe

¹¹ Fico, “História do Tempo Presente”, pp. 43-59.

¹² Verena Alberti, “O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas”, Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, Caicó, 2014. Fernando de Lima Nunes, “Combatendo o revisionismo: ensino de história da ditadura civil-militar brasileira enquanto disputa de narrativas”, *Revista História Hoje*, v. 10, n. 19 (2021), pp. 30-52, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.733>.

¹³ Evaldo Cabral de Mello, *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*, São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

em evidência não apenas o Exército, mas a história de Pernambuco – não encontra precedentes na história da República, constituindo, sem dúvida, uma singularidade desse período civil-militar.¹⁴

Esse processo culmina com a criação do PHNG em 1971.

Pode-se constatar, no exemplo acima, que a memória apologética da ditadura foi amplamente difundida no cotidiano da sociedade brasileira desde o início do regime. Esta narrativa permeou diversos aspectos da vida social, manifestando-se nos ambientes escolares (com a criação das disciplinas de OSPB e Moral e Cívica), nas celebrações cívicas (como os dias pátrios a exemplo do 7 de setembro) e nas homenagens prestadas a militares e políticos alinhados ao governo autoritário, que se materializaram na nomenclatura de instituições educacionais, vias públicas, viadutos, edifícios e outras estruturas urbanas. No contexto específico do Recife, Mariana Leite destaca um exemplo emblemático dessa prática: o busto do Marechal Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar, estrategicamente posicionado na Avenida Caxangá, uma das principais artérias da cidade. Este monumento exemplifica a estratégia daqueles que preferem fazer apologia do regime de inscrever sua narrativa no espaço público urbano.¹⁵

Essas ações evidenciam uma política deliberada de memória implementada pelo regime militar, visando projetar para o futuro uma visão triunfalista e laudatória de seus ideais e realizações. Conforme argumenta Michael Pollak, tal estratégia de memorização no espaço público constitui uma forma de “enquadramento da memória”, buscando consolidar uma narrativa oficial e hegemônica sobre o período.¹⁶ Este processo de monumentalização e nomeação de espaços públicos não apenas reflete a autoimagem que o regime desejava perpetuar, mas também representa uma tentativa de moldar a percepção coletiva da história recente do país. Como observa Nora, estes “lugares de memória” funcionam como âncoras materiais para uma determinada interpretação do passado, influenciando a formação da memória social e, consequentemente, a identidade coletiva.¹⁷ Assim, podemos inferir que o regime

¹⁴ Leandro Patrício da Silva, “‘A pátria nasceu aqui’: imbricamentos entre a pernambucanidade e a ditadura civil-militar em torno do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (1964-1987)”, in Marcília Gama da Silva e Thiago Nunes Soares (orgs.), *Pernambuco na mira do golpe* (Vol. 1), Porto Alegre: Editora Fi, 2021, pp. 409-436 (pp. 416-417).

¹⁵ Mariana Cecília Xavier Leite, “Monumentos da Ditadura: a construção da memória sobre a Ditadura-Civil-Empresarial-Militar (1964-1985) no Recife”, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022, <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49252>.

¹⁶ Michael Pollak, “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3 (1989), pp. 3-15 (pp. 9-12).

¹⁷ Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, pp. 07-28.

militar empreendeu um amplo esforço para inscrever no espaço público uma memória que legitimasse suas ações e ideologia, projetando para as gerações futuras uma narrativa apologética e autocongratulatória de seu período no poder.

O fim da ditadura civil-militar brasileira e o período de transição foram marcados por um “acordo conciliatório”, exemplificado pela Lei da Anistia de 1979, que inicialmente produziu mais esquecimento e silenciamento do que memória.¹⁸ Este processo de transição, considerado “inconcluso” devido à frustração com a impunidade de militares e torturadores, e a ausência de uma ruptura efetiva, apresenta desafios significativos para a análise histórica, dada sua natureza traumática e sensível.¹⁹ Apesar da tentativa de silenciamento, vozes dissonantes e “memórias subterrâneas”, conforme expressão de Pollak persistiram, gradualmente emergindo no cenário político brasileiro e reivindicando justiça e reparação para as vítimas do regime.²⁰ Este movimento culminou em ações governamentais, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até a Comissão da Verdade no governo de Dilma Rousseff, desafiando a narrativa apologética da ditadura que havia sido inscrita no espaço público através de nomes de escolas, ruas e monumentos. A complexidade inerente às disputas de memória sobre a ditadura civil-militar demanda dos historiadores uma abordagem metodológica que articule dois eixos fundamentais: a rigorosa contextualização da pesquisa histórica e a incorporação da empatia como categoria analítica. Como argumentam Dominick La Capra e Fico, a empatia — entendida como a capacidade de engajar-se criticamente com as experiências traumáticas dos sujeitos históricos — não contradiz o rigor científico, mas amplia a compreensão do passado, especialmente em temas marcados por violência e silenciamentos.²¹ Trata-se, portanto, de equilibrar a análise estrutural com a escuta sensível aos testemunhos, evitando tanto a objetificação das vítimas quanto a relativização dos fatos históricos. Assim, a memória da ditadura continua a ser um campo de disputa, influenciando significativamente a compreensão do presente e a construção do futuro político do país.

O questionamento da nomenclatura de edifícios públicos que homenageavam figuras ligadas à ditadura militar emergiu gradualmente, refletindo uma mudança na dinâmica da memória coletiva. Este processo de renomeação, embora inicialmente tímido e controverso, representou uma significativa disputa simbólica no espaço público. Leite documenta a persistência

¹⁸ Fico, “História do Tempo Presente.”

¹⁹ Carlos Fico, “Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador”, *Topoi*, v. 14, n. 27 (2013), pp. 239-261, <https://doi.org/10.1590/2237-101X014027003>.

²⁰ Pollak, “Memória, esquecimento, silêncio.”

²¹ Dominick LaCapra, *Writing history, writing trauma*, Baltimore: John Hopkins University Press, 2014. Fico, “Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina.”

de nomes de ex-presidentes e apoiadores do regime militar em escolas, ruas e avenidas no Recife e Olinda, evidenciando a complexidade deste processo de ressignificação memorial.²²

Um marco significativo nesta trajetória ocorreu em 2022, quando Olinda aprovou uma legislação proibindo homenagens a escravocratas, aos envolvidos no Golpe Militar de 1964 e àqueles que cometeram crimes contra a humanidade e violações dos direitos humanos. Esta iniciativa foi subsequentemente adotada por Recife e Rio de Janeiro, sinalizando uma tendência mais ampla de revisão crítica dos lugares de memória associados à ditadura.²³

Esse movimento de renomeação e desmonumentalização pode ser interpretado como parte do que Elizabeth Jelin descreve como “trabalhos da memória”, onde diferentes atores sociais se engajam ativamente na reinterpretção do passado e na contestação de narrativas hegemônicas.²⁴ Ademais, conforme argumenta Andreas Huyssen, tais ações refletem uma “cultura da memória” contemporânea, caracterizada por um crescente interesse em confrontar e reelaborar passados traumáticos.²⁵ Assim, este processo de renomeação não apenas desafia a narrativa apologética da ditadura inscrita no espaço urbano, mas também representa uma forma de “justiça memorial” na acepção de Paul Ricoeur, buscando reconhecer e reparar simbolicamente os danos causados pelo regime autoritário.²⁶

Pode-se pensar, num primeiro momento, que esses movimentos ocorreram no rescaldo da derrubada da estátua de Edward Colston em Bristol, em 2021, e das reivindicações análogas existentes no Brasil, exemplificadas por muitas ações em torno da estátua de Borba Gato em São Paulo. Contudo, tanto movimentos negros quanto movimentos de reparação para os mortos e desaparecidos durante a ditadura estão em atuação no Brasil há muito mais tempo, e fizeram parte do chamado período de transição, desde o final da década de 1970, disputando politicamente como se daria o final da ditadura. E

²² Leite, “Monumentos da Ditadura”, p. 18-20.

²³ “Olinda proíbe homenagens a escravocratas e autoriza mudança de nomes de ruas e espaços públicos”, G1/PE, Recife, 17 fev. 2022, <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/02/17/olinda-proibe-homenagens-a-escravocratas-e-autoriza-mudanca-de-nomes-de-ruas-e-espacos-publicos.ghtml>; “Recife proíbe homenagens a torturadores, escravocratas e pessoas que participaram da ditadura militar”, G1/PE, Recife, 27 jul. 2022, <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/07/27/recife-proibe-homenagens-a-torturadores-escravocratas-e-pessoas-que-participaram-da-ditadura-militar.ghtml>; “Rio proíbe monumentos de escravocratas e violadores dos direitos humanos”, *Revista Forum*, 01 dez. 2023, <https://revistaforum.com.br/brasil/2023/12/1/rio-proibe-monumentos-de-escravocratas-violadores-dos-direitos-humanos-148728.html>.

²⁴ Elizabeth Jelin, *Los trabajos de la memoria*, Madrid: Siglo XXI, 2002.

²⁵ Andreas Huyssen, *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

²⁶ Paul Ricoeur, *A memória, a história e o esquecimento*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

reivindicam, dentre outras pautas, o direito à memória e ao não esquecimento. Dentre esses movimentos destacamos o “Tortura nunca mais”, do Rio de Janeiro, e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP), com sede em São Paulo, mas articulada em todo o território nacional. Foram estes movimentos, em grande medida, responsáveis por manter outra memória da ditadura viva, a despeito das políticas de conciliação, e mantiveram em pauta a necessidade de lembrar “para que nunca mais aconteça.” Essas demandas foram importantes para a aprovação da Lei 9140/1995, denominada Lei dos Desaparecidos Políticos.²⁷

No Recife, dois lugares são simbólicos dessa disputa memorial: a Casa da Cultura e o Memorial Tortura Nunca Mais, que serão objeto de análise mais detalhada. No entanto, primeiramente, uma breve discussão sobre os lugares de memória e sua importância nessa disputa memorial serão objeto de discussão a seguir.

Lugares de memória da ditadura civil-militar no Recife

O conceito de “lugar de memória”, criado por Nora em 1984, tem se transformado significativamente, adquirindo diversos usos e significados, inclusive como categoria patrimonial reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).²⁸ Neste contexto, é utilizado como uma ferramenta analítica para compreender como espaços físicos, monumentos e documentos incorporam a memória social, cultural e política de uma sociedade, contribuindo para a formação de identidades. Estes lugares não são consensuais, mas sim objetos de disputas memoriais, buscando apresentar interpretações alternativas do passado em disputa. O conceito tem aplicações variadas, incluindo usos políticos, jurídicos, turísticos e educacionais, ganhando relevância especial diante do crescente revisionismo e negacionismo histórico. Conforme Isabel Guillen observa, estes lugares de memória estão no centro de disputas políticas sobre a memória e o patrimônio nacionais, com diversos grupos reivindicando suas memórias coletivas como parte da narrativa nacional.²⁹ Desde o fim da ditadura civil-militar, o Estado brasileiro tem se mostrado mais receptivo a essas demandas sociais e memoriais, ressaltando a

²⁷ Joana Darc Fernandes Ferraz e Lucas Pacheco Campos, “Lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais,” *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 55, n. 11 (2018), pp. 179-207, <https://doi.org/10.36572/csm.2018.vol.55.06>.

²⁸ Nora, “Entre memória e história.”

²⁹ Isabel Cristina Martins Guillen, “O debate sobre a memória da escravidão e do tráfico atlântico de africanos escravizados: lugares de memória na Região Metropolitana do Recife”, in Isabel Cristina Martins Guillen (org.), *Lugares de memória da escravidão e da cultura negra em Pernambuco*, Recife: CEPE, 2023, pp. 19-42.

importância de preservar memórias diversas em face da globalização e homogeneização cultural.

A resistência à ditadura civil-militar no Recife, e em Pernambuco em geral, foi marcada por intensa repressão, semelhante ao ocorrido em outras partes do Brasil. Os primeiros dias do Golpe de 1964 foram marcados pela violência dos militares, que se estendeu pelos anos seguintes. Um episódio emblemático foi a prisão de Gregório Bezerra em 2 de abril de 1964. Ele foi arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte até o quartel do Exército, sendo espancado publicamente como forma de intimidação. Bezerra permaneceu na Casa de Detenção até 1969, quando foi trocado durante o sequestro do embaixador americano. Outro caso notório foi o de Miguel Arraes, governador que se recusou a renunciar e foi preso em 1º de abril. Inicialmente detido na Casa de Detenção, foi posteriormente transferido para Fernando de Noronha e, por fim, exilado. Além dessas figuras proeminentes, a Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara (doravante CEMVDHC) registrou mais de cinquenta militantes mortos ou desaparecidos durante o regime militar. É importante ressaltar que as vítimas da repressão não se limitaram a militantes engajados na luta armada. Entre os perseguidos estavam estudantes assassinados durante um protesto contra a deposição de Arraes em 1 de abril de 1964, e até mesmo religiosos considerados ameaçadores pelo regime. Destaca-se também um número significativo de camponeses e trabalhadores rurais mortos ou desaparecidos, cujas mortes nem sempre foram imediatamente reconhecidas como de caráter político. A variedade de perfis das vítimas demonstra a amplitude da repressão em Pernambuco, atingindo diversos setores da sociedade e evidenciando o caráter repressivo do regime militar na região.

A CEMVDHC, em seu Relatório, aponta dois importantes locais de tortura, além da Casa da Cultura: o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/PE) e o DOI-CODI (IV Exército). O DOPS ficava situado na Rua da Aurora, e foi parcialmente demolido em 1996. Segundo o relatório da Comissão, em uma diligência que fizeram ao local em 2014, “os ex-presos políticos, presentes na ocasião, apenas puderam identificar o lugar que abrigava as celas e as diversas salas de permanência dos presos, as dependências onde se torturava e o famoso “buque” (termo derivado de “bunker”), cubículo que ficava no andar térreo da edificação. Atualmente, todo esse espaço é ocupado pelo estacionamento da Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco (ADEPPE).”³⁰ As atuais instalações do Hospital Geral do Exército, localização no período dos governos militares do Comando do Quartel General do IV Exército, 7ª Região Militar, abrigaram as instalações do DOI-CODI neste Estado. “Assim

³⁰ Pernambuco, Secretaria da Casa Civil, *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final* (Vol. 1), Recife: CEPE, 2017, p. 42.

como no DOPS/PE, lá também os espaços utilizados para torturas e interrogatórios haviam sido descaracterizados. No entanto, o local, antes conhecido por quem lá esteve apenas pelo som do relógio da Faculdade de Direito do Recife (FDR) do outro lado da rua, foi identificado e visitado pelos ex-presos políticos, dessa vez sem vendas e capuzes. (...) Na própria antiga sede do DOI-CODI foram ouvidos os depoimentos dos ex-presos políticos, ali mantidos sequestrados e torturados na época da ditadura: Alanir Cardoso, José Adeildo Ramos, Lilia Maria Pinto Gondim e Marcelo Sérgio Martins Mesel.”³¹

Outros lugares de memória da Ditadura no Recife foram pontuados por Plínio Santos Filho, Malthus Oliveira de Queiroz e Sidney Rocha, no livro “Recife Lugar de Memória”, dentre os quais destacamos as ruas da Vila Buriti, no bairro da Macaxeira, cujos nomes homenageiam mortos, desaparecidos e torturados pelo regime ditatorial. Observe-se que este exemplo nos permite discutir que os lugares de memória não são locais naturais, mas construções memoriais, que carregam valores simbólicos e identitários. No caso das ruas da Vila Buriti, foram nomeadas com os nomes das vítimas da ditadura numa proposta de cunhar na cidade outras memórias do período, e não apenas os nomes dos presidentes militares. É o que ocorre também com monumentos que visam marcar no espaço outras memórias, a exemplo do monumento a Gregório Bezerra, situado no bairro da Madalena.³²

É importante lembrar que acervos documentais também são considerados lugares de memória, e em Pernambuco há importantes acervos a respeito do período da ditadura, destacando-se entre eles o acervo do DOPS/PE, preservado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), e tão bem analisado por Marcília Gama da Silva.³³ Há ainda o Memorial da Democracia de Pernambuco Fernando de Vasconcelos Coelho, inaugurado em dezembro de 2022, que funciona no Sítio da Trindade, em Casa Amarela, e abriga o acervo documental reunido pela CEMVDHC. Destaque-se que o local é considerado um lugar de resistência, não só por remeter à luta contra a ocupação holandesa, mas também por ter abrigado em seu chalé o Movimento de Cultura Popular (MCP), até o Golpe de 1964, quando foi encerrado, sendo também, um lugar de memória desse movimento e da ação repressora do regime cívico-militar.

³¹ Pernambuco, Secretaria da Casa Civil, *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final* (Vol. 1), Recife: CEPE, 2017, p. 42.

³² Plínio dos Santos Filho, Malthus Oliveira de Queiroz e Sidney Rocha (orgs.), *Recife Lugar de Memória*, Recife: SDHSC; Prefeitura do Recife; Ministério da Justiça; Pronasci; AERPA Editora, 2012.

³³ Marcília Gama da Silva, “O *modus operandi* do DOPS-PE e o seu papel em ‘Defesa da Segurança Nacional’ de 1964-1985”, in Marcília Gama da Silva e Thiago Nunes Soares (orgs.), *Pernambuco na mira do golpe* (Vol. 2), Porto Alegre: Editora Fi, 2021, pp. 169-192.

Com base nessas observações preliminares, analisar-se-á o processo de transformação da antiga Casa de Detenção em Casa da Cultura. Esse processo envolveu não apenas a adaptação física do local, mas também um esforço para preservar a memória de sua função anterior, marcada por várias formas de violência que ocorreram ali não só durante o período da ditadura militar, mas ao longo de sua história. Vale destacar que, durante a ditadura, a Casa de Detenção abrigou importantes presos políticos. Em seguida, discutir-se-á a criação do Monumento Tortura Nunca Mais, que se destaca como um marco da luta pelo direito à memória. Esse monumento simboliza o compromisso coletivo com a preservação da memória da resistência à ditadura, funcionando como um lembrete constante dos crimes cometidos pelo regime contra seus opositores, e como um alerta para que tais violações dos direitos humanos jamais sejam esquecidas.

A Casa da Cultura. De prisão a centro cultural, uma história de silenciamento?

Visitar a Casa da Cultura pode ser uma experiência impactante, afinal trata-se de um edifício monumental, que tem mais seis mil metros quadrados, cuja entrada principal está voltada para o rio Capibaribe, sinal de uma época em que o rio era usado como um dos principais meios de transporte. O fato é que não passa despercebido a ninguém que se trata de um antigo presídio. Situado no bairro de Santo Antônio, a Casa da Cultura é o maior centro de venda de artesanato na cidade do Recife. O colorido das rendas, redes, bonecos, panos de prato, vestuário, xilogravura, bolsas de palha, bijuterias de materiais diversos, encanta os olhos. Mas não oculta que cada uma dessas lojas está abrigada numa antiga cela. Lá estão presentes as barras de ferro nas aberturas para a rua (pode-se chamar de janela?), a pesada porta de grades, também de ferro, e as espessas paredes para nos lembrar da antiga cadeia. Mas como não pensar que toda a dor vivida nesse lugar parece silenciada, quase que higienizada?

Assim como a visita ao local hoje pode despertar sentimentos e emoções diversas, o mesmo ocorreu quando foi pensada para se transformar numa casa de cultura, ao modelo francês.³⁴ Importa que esse espaço foi disputado, desde o projeto inicial, quando se decidiu fechar a Casa de Detenção. Até sua inauguração, em 1976, como Casa da Cultura, a antiga prisão foi objeto de mais de um projeto, envolvendo diferentes versões de cultura e da própria concepção do que seria uma casa de cultura.³⁵ Na época em que a prisão foi desativada, o

³⁴ Philippe Urfalino, *A invenção da política cultural*, São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

³⁵ Rosely Tavares de Souza, "Casa de Cultura do Recife: um espaço em disputa", in Thiago Nunes Soares e Silvana de Jesus Pina (orgs.), *História de Pernambuco: novas abordagens*, (Vol. 2), Porto

ex-secretário da Justiça, Souto Dourado, escreveu no *Diário de Pernambuco*, em 12 de junho de 1973, de acordo com Ana Paula Maranhão e Sylvana Aguiar: "Souto Dourado relata de forma sutil os horrores vivenciados por aqueles que passaram pela Casa de Detenção, enfatizando (nas) entrelinhas que devido à ditadura e suas censuras, o papel de contar as injustiças cometidas na Casa de Detenção do Recife (só aconteceria) com o passar do tempo e ao longo da história."³⁶

A Casa de Detenção está a pedir que se escreva sua história. Não urgentemente, não logo, não agora. Mas quando o tempo passar mais um pouco. A poeira sentar (sic). Os gritos pararem no ar. Quando revistas ou perdoadas as injustiças, por ventura cometidas. Somente a História poderá contar ao longo do tempo de forma limpa e impessoal, os episódios reais da Casa de Detenção, por que [sic], convenhamos, a História não se faz incontinenti ao fato, como na literatura de Cordel.³⁷

Essa história, que Souto Maior conclama como uma espécie de reparação, ainda é bastante incipiente. Há muitos estudos sobre a Casa de Detenção no século XIX, mas a historiografia se enriqueceria com mais estudos, e mais sistemáticos, sobre o período da ditadura e o encerramento das atividades no edifício, e pouco sabemos sobre os presos políticos que por lá passaram naqueles anos.

O edifício da Casa de Detenção foi construído em formato de cruz, bem no estilo dos panópticos em voga quando foi projetado pelo engenheiro Mamede Alves Ferreira, e inaugurado em 1855, servindo como penitenciária por 118 anos.³⁸ Antes de se tornar a Casa da Cultura, foi objeto de uma restauração, adequando o espaço para seus novos usos. Empreendida pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (doravante FUNDARPE) de 1974 a 1977, com projeto dos arquitetos Fernando de Barros Borba e José Luiz Mota Menezes, a restauração foi responsável pela reconstrução da cúpula, por exemplo, mas o projeto não modificou a estrutura prisional do edifício, sendo facilmente reconhecido enquanto tal ainda hoje. Foi em virtude de suas notáveis

Alegre: Editora Fi, 2021, pp. 558-589. Paula Vieira Assis, "A criação da Casa da Cultura do Recife e as políticas públicas de cultura em Pernambuco (1975-1980)", Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Josevane Francisco da Silva, "Da Casa de Detenção à Casa da Cultura de Pernambuco (1963-1982)", Dissertação (Mestrado Profissional em História), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020, <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1313>.

³⁶ Ana Paula Barradas Maranhão e Sylvana Maria Brandão de Aguiar, "Introdução ao sistema prisional e a patrimonialização da Casa de Detenção do Recife: da tortura à cultura", *Museologia e Patrimônio*, v. 9, n. 1 (2016), p. 79-91 (p. 88).

³⁷ Maranhão e Aguiar, "Introdução ao sistema prisional", p. 88.

³⁸ Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto, "O panoptismo e a Casa de Detenção do Recife", *XXII Simpósio Nacional De História*, João Pessoa: ANPUH, 2003, pp. 1-8.

características arquitetônicas, que não deixam de refletir a complexa história que o envolve, que este edifício singular recebeu o reconhecimento oficial como patrimônio cultural, feito pela FUNDARPE. A oficialização deste reconhecimento ocorreu por meio do Decreto nº 6.687, promulgado em 5 de agosto de 1980, um marco significativo na história da preservação arquitetônica local.

Imagem 1: Vista da Casa de Detenção do Recife - Moritz Lamberg (c. 1880)



Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles, Coleção Pedro Corrêa do Lago ³⁹

A ideia de transformar o espaço em uma Casa da Cultura surgiu em 1963, fruto da visão de Francisco Brennand, então chefe da Casa Civil do governo estadual. O projeto inicial de restauração, confiado aos renomados arquitetos Lina Bo Bardi e Jorge Martins Júnior, aspirava criar uma instituição cultural multifacetada, inspirada no modelo proposto por André Malraux, Ministro da Cultura da França à época. Esta entidade abrangeria um amplo espectro de manifestações artísticas, englobando literatura, teatro, música e artes plásticas. Contudo, o advento do Golpe civil-militar em 1964 interrompeu abruptamente estes planos, que só viriam a ser retomados, com objetivos semelhantes, na década de 1970. A revitalização da antiga Casa de Detenção ganhou novo fôlego ao ser contemplada pelo Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O empreendimento, orçado em 10 milhões e 700 mil

³⁹ Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/portals/#!/detailpage/17049>.

cruzeiros, alcançou notoriedade significativa, sendo descrito como “o maior projeto até então beneficiado com recursos do Programa de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste”, conforme relatado por Paula Assis.⁴⁰

Em 1975, começaram a surgir denúncias públicas de tortura praticadas na Casa de Detenção, onde estiveram presos políticos, e na Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá. De acordo com Andrea Cantarelli, uma carta escrita por presos políticos em São Paulo, e entregue à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), relatava os atos de tortura e maus-tratos sofridos nesses locais. Um dos relatos é de Carlos Alberto Soares, que foi preso em 1971 e passou dois anos na Casa de Detenção, além de mais oito anos na Barreto Campelo:

Foi a partir do caso do tratamento dispensado a ele que desencadeou uma série de greves de fome em presídios pelo país. Soares ficou por três anos (entre 1975 e 1978) isolado numa solitária, uma cela totalmente fechada, sem acesso a nenhum preso e era torturado sempre à noite. “A sensação era de estar entrando numa masmorra da Idade Média. Tudo sujo e escuro. Ouviam-se gritos de horror e dor; e junto com mais de 20 pessoas dentro de uma mesma cela, os maus tratos eram constantes”, descreve. “Só depois de muitas greves de fome e uma greve nacional, consegui ter direito ao banho de sol numa área pequena. A Penitenciária Barreto Campelo era conhecida como o pior presídio do Brasil”, contou Carlos. “Ainda me emociono quando lembro que meu filho, ainda bem novo, estava planejando minha fuga da prisão”, conta o ex-presos político, lembrando que os dois filhos foram concebidos durante o período em que ficou na Casa da Detenção e ainda podia receber visitas da mulher. Ele conta que, na solitária, não tinha acesso a nenhum preso e era torturado sempre à noite. “Presídio insalubre, onde os presos políticos ocupavam uma ala de presos comuns; celas superlotadas; constante falta de água; latrina precária; alimentação pouca e de péssima qualidade (às vezes até em estado de decomposição); banheiros coletivos que nunca recebiam limpeza adequada; atendimento médico-dentário extremamente deficiente”, diz o documento em relação à Casa da Detenção.⁴¹

A Casa de Detenção do Recife, um símbolo da história penal de Pernambuco, enfrentou seu ocaso em 1973, principalmente devido às condições precárias de higiene e saneamento que ali imperavam. Esta situação insalubre,

⁴⁰ Assis, “A criação da Casa da Cultura do Recife”, p. 10.

⁴¹ Andrea Cantarelli, *Diário de Pernambuco*, “Memórias Escritas no Porão da Ditadura”, Recife, 09 fev. 2014, <http://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2014/02/memorias-escritas-nos-poro-es-da-ditadura.html>.

aliada a outros problemas estruturais e administrativos, tornou insustentável a manutenção do presídio, levando ao seu fechamento. Restava decidir o que fazer com o edifício. O projeto de Francisco Brennand para o local - que incluía a criação de espaços culturais diversificados como salas de concerto, teatros e bibliotecas - infelizmente não se concretizou. Da mesma forma, o projeto arquitetônico concebido por Bo Bardi e Martins Júnior não chegou a ser implementado conforme idealizado inicialmente. Em vez disso, a transformação do espaço tomou um rumo diferente. O novo projeto para a Casa da Cultura, ao final, terminou privilegiando o aspecto comercial, convertendo-a no principal polo de venda de artesanato da cidade do Recife. Esta mudança de foco, por seu lado, atraiu um fluxo significativo de turistas e visitantes, reposicionando o local como um centro de cultura popular e comércio artesanal.

Imagem 2: Presos políticos posam para foto no pátio da Casa da Detenção do Recife



Fonte: Arquivo Pessoal Marcelo Mário Melo

Diante desta metamorfose, surge inevitavelmente o questionamento sobre a possível intenção de obliterar ou silenciar a memória prisional do edifício. Embora não se possa afirmar categoricamente tal propósito, é inegável que a abordagem adotada na reconfiguração do espaço sugere uma certa relutância em lidar diretamente com o passado carcerário e, por extensão, com o trauma da ditadura militar que ainda ecoava na sociedade brasileira. Nas últimas décadas, contudo, a sociedade começou a enfrentar essas questões de maneiras diversas e mais abertas. A instalação de dois grandiosos murais do artista Cícero Dias, retratando as Revoluções Pernambucanas de 1817 e 1824, serve como homenagem a Frei Caneca – figura emblemática da história pernambucana.

Embora Frei Caneca não tenha sido prisioneiro naquele local específico, sua inclusão na narrativa visual do espaço demonstra uma tentativa de conectar o edifício a uma história mais ampla de resistência e identidade regional.

A presença marcante do artesanato e de outras manifestações culturais populares no espaço reforça o projeto de requalificação, alinhando-se ao conceito de “pernambucanidade.” Este termo engloba uma tríade fundamental: a história pátria local, a cultura popular e uma identidade regional distinta. Essas características tornam-se elementos centrais na nova identidade do edifício. Assim, a Casa da Cultura, enquanto lugar de memória da ditadura, enfrenta essas ambiguidades representacionais, principalmente por ser posta como símbolo de uma identidade local. Lembrar das torturas, dos presos políticos, parece incomodar.

Por outro lado, a Casa da Cultura não se limita apenas ao comércio de artesanato. Durante os períodos festivos do ciclo natalino, carnavalesco e junino, o espaço se transforma em um palco vivo para apresentações culturais. Grupos tradicionais de cavalo marinho, maracatus, caboclinhos e reisados, entre outros, encontram ali um local para exibir e celebrar a rica diversidade cultural de Pernambuco. Esta abordagem multifacetada – que combina comércio, arte e performances culturais – demonstra a ambiguidade na maneira como o espaço lida com seu passado complexo. Embora a memória prisional não seja o foco principal, a celebração da cultura e da identidade pernambucana oferece uma nova narrativa para o edifício, permitindo que ele continue a desempenhar um papel significativo na vida cultural e social da cidade, mesmo que de uma forma drasticamente diferente de sua função original.

A Casa da Cultura, longe de ser um espaço de consenso, tornou-se arena de disputas simbólicas acerca da representação da cultura pernambucana. A transformação do antigo presídio em centro comercial não resultou em uma aceitação unânime do apagamento da memória carcerária e traumática. Pelo contrário, o local passou a abrigar diversas organizações de movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado (MNU), a Associação Brasileira dos Anistiados Políticos (ABAP) e o Associação de Artesãos da Região Metropolitana do Recife e de Pernambuco (ASSIPA), evidenciando as disputas que se travam silenciosamente por sua significação cultural e memorial.

A instalação de uma placa comemorativa, sinalizando que no local presos políticos foram submetidos à tortura, representa um marco significativo no reconhecimento do passado sombrio do edifício. No entanto, tornou-se evidente que a Casa da Cultura, por si só, não conseguia abarcar toda a complexidade e dimensão do sofrimento infligido durante o período ditatorial. Esta carência na representação dos horrores da ditadura militar, em parte motivou a reivindicação pela construção de um monumento específico. Tal demanda reflete a necessidade

coletiva de um espaço dedicado exclusivamente à memória e reflexão sobre esse período traumático da história brasileira, assegurando que as atrocidades cometidas não sejam esquecidas.

Monumento Tortura Nunca Mais

Monumentos, esculturas, prisões, ruas e avenidas têm servido de suporte para a memória da ditadura civil-militar. Mas o Monumento Tortura Nunca Mais é considerado como a primeira construção de um memorial que serve de suporte às políticas de memória, de reparação simbólica, decorrentes do processo de abertura política no Brasil e demais países da América Latina, para lembrar aqueles que foram vitimados pelas ditaduras militares. Respeitando as diferenças que cada país passou no processo de “justiça de transição”, é importante percebermos que na volta à democracia, conclamou-se por uma reparação memorial, ou colocou-se em discussão o dever de memória. Este foi um processo transnacional, que ocorreu na esteira da análise das histórias traumáticas decorrentes da violência do Estado ditatorial, desde o final da década de 1990. O dever de memória é então entendido como uma política de reparação.⁴² É nesse contexto que se entende a reivindicação e posterior construção do Monumento Tortura Nunca Mais.

A localização do monumento merece uma breve explicação, pois está situado na Rua da Aurora, n. 35, ou mais especificamente na Praça Padre Henrique, religioso que foi auxiliar de Dom Helder Câmara (na época, como Arcebispo de Olinda e Recife, denunciava no exterior o uso de violência por parte dos militares para com seus opositores políticos). Padre Henrique foi sequestrado e assassinado no dia 27 de maio de 1969, e seu corpo foi encontrado no dia seguinte, na Cidade Universitária com evidentes sinais de tortura.⁴³ O local onde o monumento foi instalado é, nesse sentido, duplamente um lugar de memória da ditadura.

O Monumento Tortura Nunca Mais é composto por uma moldura de concreto da qual pende uma escultura, também em concreto, criada pelo arquiteto e artista plástico piauiense Demétrio Albuquerque. A escultura retrata um homem em posição fetal, fazendo referência à prática de tortura conhecida

⁴² Luciana Quillett Heymann, “O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”, in Ângela de Castro Gomes (org.), *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 15-44.

⁴³ Ver “Antônio Henrique Pereira Neto (Padre Henrique)”, *Memórias da Ditadura*, <https://memoriasdadtadura.org.br/personagens/antonio-henrique-pereira-neto-padre-henrique/>.

como “pau de arara.” A escolha dessa posição é emblemática, representando as condições degradantes a que os torturados foram submetidos, simbolizando a destruição da dignidade e da humanidade. Para os que lutaram pela construção do monumento, ele serve como uma lembrança de um período sombrio da história que não deve ser esquecido, além de prestar homenagem aos mortos e desaparecidos durante a ditadura.

De acordo com Marcelo Santa Cruz, irmão de Fernando Santa Cruz, desaparecido político, em entrevista concedida a Valdênia Brito Monteiro, a escultura causa impacto à primeira vista:

É um monumento que choca à primeira vista, mas a ideia que foi explicada é que é uma pessoa em posição fetal e que a pessoa retorna ao útero. A volta para o passado olhando para o rio, numa pose ou que demonstra um sentimento de dor, de tristeza, de saudade, num olhar fixo para um ponto fixo que mostra esta questão e lembra uma pessoa no pau-de-arara. Como a pessoa no pau-de-arara ficava numa posição fetal e logo após a tortura a tendência das pessoas era de se encolher já que as pessoas estavam despidas, estavam enfraquecidas, fragilizadas, a tendência era se encolher para ai, sim, se fecharem. Então aquela visão naquela posição tanto pode ser uma pessoa no pau de arara como pode ser uma posição fetal que está fixando o rio como dando margem a sua imaginação.⁴⁴

Sua edificação foi resultado de reivindicação do Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco à Prefeitura da Cidade do Recife, quando Jarbas Vasconcelos foi eleito. O edital para a construção do memorial foi lançado pela Empresa de Urbanização do Recife (URB) no início de 1988 e foi escolhido como vencedor o projeto dos jovens arquitetos Eric Perman, Albérico Barreto, Luiz Rangel e Demétrio Albuquerque, sendo este último o responsável pela criação e execução da escultura. Foi inaugurado em 1993, e é hoje considerado um ponto de referência na cidade. Muitas manifestações políticas, em maior número as de esquerda, têm ocorrido no local, principalmente para marcar a necessidade de nunca esquecer o que foi vivido durante o período da ditadura civil-militar.

⁴⁴ Entrevista a Marcelo Santa Cruz *apud* Leite, “Monumentos da Ditadura”, p. 32.

Imagem 3: Monumento Tortura Nunca Mais (2025)



Fonte: Fotografia de Tiago Guillen Aguiar

Convém salientar que o Monumento Tortura Nunca Mais representa um marco significativo na memorização dos horrores da ditadura militar brasileira e na luta pelos direitos humanos. A obra do artista plástico Demétrio Albuquerque simboliza não apenas uma homenagem às vítimas da repressão, mas também um ato de resistência e um chamado à vigilância democrática. Segundo Jelin, monumentos como este funcionam como “veículos de memória”, facilitando processos de elaboração coletiva do passado traumático.⁴⁵ Para o Recife, cidade com forte tradição de movimentos sociais e políticos, o monumento adquire um significado ainda mais profundo, tornando-se um ponto de convergência para manifestações cívicas e um lembrete constante dos riscos do autoritarismo. Como observa Seligmann-Silva, a presença física deste memorial no espaço urbano serve efetivamente como um “lugar de memória”, onde o passado é constantemente reelaborado e reinterpretado no presente.⁴⁶ Desse modo, o Monumento Tortura Nunca Mais parece transcender sua materialidade para se tornar um símbolo vivo da resiliência democrática e um espaço de educação para as gerações futuras, reafirmando a luta para que tanto a sociedade recifense

⁴⁵ Jelin, *Los trabajos de la memoria*.

⁴⁶ Márcio Seligmann-Silva, “Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil”, *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 43 (2014), pp. 13-34, <https://doi.org/10.1590/S2316-40182014000100002>.

quanto o Estado mantenham o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia.

Nesse sentido, ao lado do monumento foi construída a Calçada da Memória, constituída por placas onde se registrou o nome e fotografia dos desaparecidos políticos de Pernambuco. Hoje, depois de requalificadas pela gestão municipal do Recife, essas placas se parecem com lápides. De acordo com Marcelo Santa Cruz, em reportagem ao *Diário de Pernambuco*, a ideia teria surgido no CEMVDHC, uma vez que familiares de desaparecidos costumavam prestar-lhes homenagens, e a colocação das placas foi uma forma de homenagear as pessoas que lutaram na ditadura militar pela democracia. De acordo com Leite, a calçada foi adicionada posteriormente, em 1999, no aniversário de vinte anos da Lei de Anistia.⁴⁷ Mas, assim como outros monumentos, a Calçada tem sofrido com a iconoclastia representada no furto das placas. As antigas placas, que eram mantidas pelos familiares dos desaparecidos, foram padronizadas pela gestão municipal com a colocação de nomes e fotografias dos desaparecidos em 2020, já num processo de restauro das placas originais. Contudo, essas novas placas, foram novamente roubadas em fevereiro de 2022.⁴⁸

O objetivo da construção dessa calçada foi prestar homenagem aos opositores políticos do regime, tais como Gregório Bezerra, Dom Hélder Câmara, Fernando Santa Cruz e outros. Podemos considerar essa “calçada” como parte do Monumento Tortura Nunca Mais? Sem dúvida que está inserido no mesmo universo simbólico e cumpre o mesmo papel de denunciar a tortura e o desaparecimento dos opositores políticos ao regime, mas podemos dizer que se trata de um complemento ao monumento central, surgido por iniciativa dos familiares que costumavam lá deixar homenagens, para ser posteriormente incorporada pela gestão municipal como parte do monumento.

⁴⁷ Leite, “Monumentos da Ditadura.”

⁴⁸ “Calçada da Memória recebe placas em homenagem aos desaparecidos políticos da ditadura militar”, *Diário de Pernambuco*, 10 dez. 2020, <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/12/calçada-da-memoria-recebe-placas-em-homenagem-aos-desaparecidos-politi.html>; “Homenagem aos desaparecidos políticos da ditadura militar é destruída no Recife”, *Diário de Pernambuco*, 13 fev. 2022, <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2022/02/homenagem-aos-desaparecidos-politicos-da-ditadura-militar-e-destruida.html>; “Monumento que homenageia desaparecidos políticos da ditadura é vandalizado no Recife”, *O Globo*, 14 fev. 2022, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/monumento-que-homenageia-desaparecidos-politicos-da-ditadura-vandalizado-no-recife-25394144>.

Imagem 4: Calçada da Memória (2025)



Fonte: Fotografia de Tiago Guillen Aguiar

Foi por ser um local marcante para a memória da ditadura no Recife que um grupo de historiadores, responsáveis pelo projeto “História ao ar livre” o escolheu para ministrar uma aula pública que tinha como tema “Histórias que não devem ser esquecidas: 1964 a 1985.”⁴⁹ O que nos remete a formular questões sobre os usos memoriais dos espaços da cidade e o ensino de história. Qual o papel dos lugares de memória na construção da narrativa histórica sobre a ditadura em Recife? Esses espaços contribuem para uma experiência sensível e situada da história? Como integrar os lugares de memória às práticas pedagógicas no ensino de história? Estas questões e outras mais tem sido pautada em muitas aulas de história, principalmente por professores que levam seus alunos a visitarem a Casa da Cultura ou o Monumento Tortura Nunca Mais. Arnaldo Szlachta Júnior e Ana Camila da Gama em uma instigante experiência de ensino mapearam muitos lugares de memória da ditadura juntamente com os estudantes, e demonstraram quão rica pode ser a experiência. Os autores concluem que

o ensino de história a partir dos “lugares de memória da ditadura” na cidade, permitiu que os estudantes pudessem

⁴⁹ “Ato lembra vítimas da ditadura e homenageia torturados pelo regime militar no Recife”, G1/PE, 31 mar. 2019, <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/31/ato-lembra-vitimas-da-ditadura-e-homenageia-torturados-pelo-regime-militar-no-recife.ghtml>.

aprender as várias dimensões do patrimônio através das memórias evocadas nesses espaços e pelas representações dos mais variados sujeitos sociais, possibilitando aos alunos perceberem os diversos sentidos e olhares que a experiência histórica se constitui.⁵⁰

Considerações finais

Este trabalho objetivou demonstrar que a memória da ditadura não é construída de forma linear ou consensual. A disputa por esses lugares envolve silenciamentos, apropriações e choques entre diferentes formas de memória: oficial e crítica, visível e subterrânea. Nesse cenário, a escola assume um papel estratégico no ensino dessa história, pois pode trazer essas tensões ao conhecimento dos estudantes, promovendo uma narrativa histórica que não apenas lembra, mas também problematiza as controvérsias, os vazios e as lutas envolvidas no reconhecimento desses espaços de memória.

Estamos no terreno das memórias em disputa, em que não há consenso nem distanciamento temporal do acontecimento vivido. Se essa memória é disputada na cidade, porque não seria na escola, “um de seus palcos políticos talvez mais evidentes?”⁵¹

Helenice Rocha, em estudo sobre as narrativas didáticas brasileiras acerca da ditadura civil-militar, presentes principalmente nos livros didáticos, observa que há “uma atuação peculiar da memória social e da história, como mecanismos externos à narrativa que repercutem sobre seus mecanismos internos e possibilidades de significação da história.”⁵² Segundo a autora, apesar das narrativas didáticas se apresentarem de forma compreensível às novas gerações, ela carrega, como não poderia deixar de ser, todas as ambiguidades e incoerências da historiografia sobre o tema, e do fato de se tratar de uma história do tempo presente, e de um tema sensível.

Se a produção histórica sobre o período é recente, polêmica e ainda impactada pela experiência da própria ditadura, o repertório de fontes utilizadas e os mecanismos de produção da síntese narrativa escolar parecem repercutir os problemas

⁵⁰ Arnaldo Martin Szlachta Junior e Ana Camila Tarquino da Gama, “Patrimônio Histórico e Humanidades Digitais: o uso do mymaps no Ensino de História sobre a ditadura civil-militar no Recife”, *Revista Espacialidades*, v. 18, n. 2 (2022), pp. 379-403, <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2022v18n2ID28296>.

⁵¹ Alberti, “O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas.”

⁵² Helenice Rocha, “A Ditadura Militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras”, *Espacio, Tiempo y Educación*, v. 2, n. 1 (2015), pp. 97-120 (p. 116), <http://dx.doi.org/10.14516/ete.2015.002.001.006>.

encontrados na historiografia sobre o período. Com isso, se produz certo embaçamento nos potenciais de sentido dessas narrativas, em suas escolhas sobre o que vale à pena ser contado e de que maneira. Os leitores poderão não entender bem nem a narrativa em sua dimensão factual nem sua proposta analítica, fragilizada em uma síntese histórica pouco clara.⁵³

Esta questão sinaliza não só para os problemas correntes no ensino de história do tempo presente e de temas sensíveis, mas também contribui para entender as disputas memoriais em torno da questão. Pode-se frisar as dificuldades de se trabalhar em sala de aula com os temas sensíveis, quando lida-se com jovens, crianças e adolescentes. É preciso tato, sensibilidade e muito cuidado para se ensinar essa história, em que não basta chocar e mostrar os horrores do vivido ou acontecido, como salientou Verena Alberti:

o ensino de questões sensíveis e controversas não tem como objetivo chocar ou apenas dar a conhecer eventos chocantes do passado. O objetivo é suscitar a reflexão dos alunos. É preciso saber passar de fase, nesse jogo: da sensibilização para a reflexão. Não adianta ficar chocado, só com bolo no estômago, só. É preciso transformar o conhecimento em trabalho de reflexão: como foi possível chegarmos a esse ponto? Podemos dizer que as violações de direitos humanos e os horrores estão restritos a esse tema estudado? A tortura é um fenômeno restrito aos “porões da ditadura”? Aliás, por que se repete que ela acontecia nos “porões” da ditadura, quando sabemos que ela acontecia a olhos vistos, no primeiro andar, no andar térreo, no segundo andar dos quartéis? E os casos que se repetem quase que diariamente no nosso país, de agentes do Estado violando os direitos humanos?⁵⁴

Tendo em mente essas questões que permeiam o ensino da história da ditadura civil-militar no Brasil, discute-se que experiências educativas nesses espaços memoriais (lugares de memória) podem contribuir para a consecução desses objetivos, que é a produção de um conhecimento reflexivo. Esses lugares de memória da ditadura estão permeados por silenciamentos, versões apaziguadoras dos conflitos sociais na história, apagamento das ações do Estado brasileiro diante da tortura e desaparecimento de pessoas durante a ditadura. Ao mesmo tempo, são objeto de reivindicação de outras memórias e histórias diante do perigo de uma história única, homogeneizadora ou tranquilizadora.

Anita Carneiro e Carolina Bauer sinalizam que trabalhar “com o espaço da cidade pode ser compreendido como um território educativo, e como um

⁵³ Rocha, “A Ditadura Militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras”, p. 116.

⁵⁴ Alberti, “O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas”, p. 03.

arquivo, um repositório de histórias e memórias da ditadura, entendidas como patrimônio.”⁵⁵ Caminhar pelas ruas da cidade, vendo os monumentos como objetos dessa tentativa de cunhar no espaço público uma interpretação do passado contribui enormemente para a compreensão reflexiva da história.

⁵⁵ Anita Natividade Carneiro e Caroline Silveira Bauer, “Cartografias da história e da memória da ditadura civil-militar brasileira: intersecções entre o ensino de história, a história pública digital e o patrimônio” in Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira (orgs.), *História pública e ensino de história*, São Paulo: Letra e Voz, 2021, pp. 51-68 (p. 52).

Referências

Andreas Huyssen, *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Ana Paula Barradas Maranhão e Sylvana Maria Brandão de Aguiar, "Introdução ao sistema prisional e a patrimonialização da Casa de Detenção do Recife: da tortura à cultura", *Museologia e Patrimônio*, v. 9, n. 1 (2016), p. 79-91.

Anita Natividade Carneiro e Caroline Silveira Bauer, "Cartografias da história e da memória da ditadura civil-militar brasileira: intersecções entre o ensino de história, a história pública digital e o patrimônio" in Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira (orgs.), *História pública e ensino de história*, São Paulo: Letra e Voz, 2021, pp. 51-68.

Arnaldo Martin Szlachta Junior e Ana Camila Tarquino da Gama, "Patrimônio Histórico e Humanidades Digitais: o uso do mymaps no Ensino de História sobre a ditadura civil-militar no Recife", *Revista Espacialidades*, v. 18, n. 2 (2022), pp. 379-403, <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2022v18n2ID28296>.

Carlos Fico, *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, Rio de Janeiro: Record, 2004.

Carlos Fico, "Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas", *Revista Tempo e Argumento*, v. 9, n. 20 (2017), pp. 5-74, <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>.

Carlos Fico, "História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro", *Varia História*, v. 28, n. 47 (2012), pp. 43-59, <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>.

Carlos Fico, "Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador", *Topoi*, v. 14, n. 27 (2013), pp. 239-261, <https://doi.org/10.1590/2237-101X014027003>.

Caroline Silveira Bauer, "Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar", *Revista Dimensões*, v. 32 (2014), pp. 148-169.

Dominick LaCapra, *Writing history, writing trauma*, Baltimore: John Hopkins University Press, 2014.

Edson Telles e Vladimir Safatle (orgs.), *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, São Paulo: Boitempo, 2010.

Elizabeth Jelin, *Los trabajos de la memoria*, Madrid: Siglo XXI, 2002.

Evaldo Cabral de Mello, *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*, São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

Fernando de Lima Nunes, "Combatendo o revisionismo: ensino de história da ditadura civil-militar brasileira enquanto disputa de narrativas", *Revista História Hoje*, v. 10, n. 19 (2021), pp. 30-52, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.733>.

Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto, "O panoptismo e a Casa de Detenção do Recife", *XXII Simpósio Nacional De História*, João Pessoa: ANPUH, 2003, pp. 1-8.

Helenice Rocha, "A Ditadura Militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras", *Espacio, Tiempo y Educación*, v. 2, n. 1 (2015), pp. 97-120, <http://dx.doi.org/10.14516/ete.2015.002.001.006>.

Isabel Cristina Martins Guillen, "O debate sobre a memória da escravidão e do tráfico atlântico de africanos escravizados: lugares de memória na Região Metropolitana do Recife", in Isabel Cristina Martins Guillen (org.), *Lugares de memória da escravidão e da cultura negra em Pernambuco*, Recife: CEPE, 2023, pp. 19-42.

Joana Darc Fernandes Ferraz e Lucas Pacheco Campos, "Lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais," *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 55, n. 11 (2018), pp. 179-207, <https://doi.org/10.36572/csm.2018.vol.55.06>.

João Roberto Martins Filho, "A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares", *Varia História*, v. 18, n. 28 (2002), pp. 178-201.

Josevane Francisco da Silva, "Da Casa de Detenção à Casa da Cultura de Pernambuco (1963-1982)", Dissertação (Mestrado Profissional em História), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020, <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1313>.

Leandro Patrício da Silva, "'A pátria nasceu aqui': imbricamentos entre a pernambucanidade e a ditadura civil-militar em torno do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (1964-1987)", in Marcília Gama da Silva e Thiago Nunes Soares (orgs.), *Pernambuco na mira do golpe (Vol. 1)*, Porto Alegre: Editora Fi, 2021, pp. 409-436.

Luciana Quillett Heymann, "O dever de memória na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos", in Ângela de Castro Gomes (org.), *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 15-44.

Marcília Gama da Silva, "O modus operandi do DOPS-PE e o seu papel em 'Defesa da Segurança Nacional' de 1964-1985", in Marcília Gama da Silva e Thiago Nunes Soares (orgs.), *Pernambuco na mira do golpe (Vol. 2)*, Porto Alegre: Editora Fi, 2021, pp. 169-192.

Márcio Seligmann-Silva, "Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil", *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 43 (2014), pp. 13-34, <https://doi.org/10.1590/S2316-40182014000100002>.

Marcos Napolitano, 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*, São Paulo: Contexto, 2014.

Marcos Napolitano, “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro”, *Antíteses*, v. 8, n. 15 (2015), pp. 9-45, <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2015v8n15espp9>.

Mariana Busson Machado e Andréa de Oliveira Tourinho, “Lugares de memória difícil em São Paulo: reconhecimento de valor nas políticas de preservação do patrimônio cultural”, *arq.urb*, n. 25 (2019), pp. 102-122, <https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi25.17>.

Mariana Cecília Xavier Leite, “Monumentos da Ditadura: a construção da memória sobre a Ditadura-Civil-Empresarial-Militar (1964-1985) no Recife”, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022, <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49252>.

Michael Pollak, “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3 (1989), pp. 3-15.

Paul Ricoeur, *A memória, a história e o esquecimento*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

Paula Vieira Assis, “A criação da Casa da Cultura do Recife e as políticas públicas de cultura em Pernambuco (1975-1980)”, Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

Philippe Urfalino, *A invenção da política cultural*, São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

Pierre Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, *Projeto História*, n. 10 (1993), pp. 7-28.

Pernambuco, Secretaria da Casa Civil, *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final (Vol. 1)*, Recife: CEPE, 2017.

Plínio dos Santos Filho, Malthus Oliveira de Queiroz e Sidney Rocha (orgs.), *Recife Lugar de Memória*, Recife: SDHS/Prefeitura do Recife/Ministério da Justiça/Pronasci/AERPA Editora, 2012.

Rosely Tavares de Souza, “Casa de Cultura do Recife: um espaço em disputa”, in Thiago Nunes Soares e Silvânia de Jesus Pina (orgs.), *História de Pernambuco: novas abordagens (Vol. 2)*, Porto Alegre: Editora Fi, 2021, pp. 558-589.

Sharon MacDonald, *Memorylands: Heritage and identity in Europe today*, London: Routledge, 2013.

Verena Alberti, “O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas”, Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, Caicó, 2014.

Artigo recebido em 30-09-2024. Aceito para publicação em 27-05-2025.

Citação: Isabel Cristina Martins Guillen, “Mapeando lugares de memória da ditadura civil-militar no Recife: a Casa da Cultura e o Monumento Tortura Nunca Mais”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 43 (2025), pp. 1-31.

Contato da autora: Isabel Cristina Martins Guillen: isabel.guillen@ufpe.br.